



# Reunião do Conselho

Brasília, 12 de abril de 2022

- 1** **Conversa com Wilson Ferreira Jr., Presidente da Vibra**
- 2** **Acompanhamento Orçamentário**
- 3** **Plano de Metas**
- 4** **Atualização PL 414/2021**
- 5** **Ação judicial Eletrobras**
- 6** **Portaria SEFAZ-ICMS**
- 7** **Assuntos Gerais**

# ***Abertura de mercado: do atacado ao varejo***

**Wilson Ferreira Jr.**  
**(Presidente da Vibra)**

# Acompanhamento Orçamentário



# Acompanhamento Orçamentário

FORECAST ABRACEEL						
	Budget	YTD	% Pacing	YTG	Estimated 2nd tri	Δ GAP
<b>RECEITA</b>	<b>8.168.080</b>	<b>2.287.341</b>	<b>28%</b>	<b>5.880.739</b>	<b>8.283.100</b>	<b>1,41%</b>
<b>DESPEAS</b>	<b>9.071.695</b>	<b>3.017.178</b>	<b>33%</b>	<b>6.054.517</b>	<b>9.071.695</b>	<b>0,00%</b>
Recursos Humanos	7.401.398	2.789.348	<b>38%</b>	4.612.050	7.401.397,7	<b>0,00%</b>
Despesas Operacionais	773.976	137.409	<b>18%</b>	636.567	773.976,0	<b>0,00%</b>
Comunicação & Eventos	629.939	79.057	<b>13%</b>	550.882	629.939,1	<b>0,00%</b>
Estudos & Projetos Especiais	266.383	11.364	<b>4%</b>	255.019	266.382,5	<b>0,00%</b>
<b>FINAL</b>	<b>- 903.615,4</b>	<b>- 729.837,2</b>	<b>81%</b>	<b>- 173.778,18</b>	<b>- 788.595,4</b>	<b>-13%</b>
<b>Estimated 2nd tri</b>	<b>108 ASSOCIADOS (+ 2 DE ABRIL A DEZEMBRO)</b>					

# Plano de Metas

# Plano de metas

		TOTAL AÇÕES	CONCLUÍDAS	EM ANDAMENTO	NÃO INICIADAS
<b>ABERTURA</b>	Institucional e Técnica	12	3	5	4
	Pauta Presidenciais	5	0	1	4
	Temas técnicos específicos	5	2	3	0
	Comunicação	5	0	5	0
	<b>TOTAL</b>	<b>27</b>			
		TOTAL AÇÕES	CONCLUÍDAS	EM ANDAMENTO	NÃO INICIADAS
<b>SEGURANÇA</b>	Monitoramento Alavancagem	3	0	2	1
	Eliminar burocracia sem segurança	1	0	1	0
	Ampla visibilidade propostas Abraceel	2	0	0	2
	Cooperação técnica com mercado financeiro	1	0	0	1
	Garantias no Mercado de Curto Prazo	4	0	1	3
	<b>TOTAL</b>	<b>11</b>			
		TOTAL AÇÕES	CONCLUÍDAS	EM ANDAMENTO	NÃO INICIADAS
<b>PREÇOS</b>	Governança de preços	5	0	3	2
	Propostas acoplamento preço e operação	4	1	1	2
	Defesa da formação de preço por modelo	2	0	0	2
	Barreiras para preço for oferta	4	0	2	2
	<b>TOTAL</b>	<b>15</b>			

# Plano de metas

## **BANDEIRA 1: ABERTURA DO MERCADO PARA O CONSUMIDOR**

### Avaliação da Diretoria:

Em função da tramitação do PL 414, a atuação da Associação tem chamado atenção para essa bandeira. Há expectativa do PL avançar em abril e a minuta segue com o cronograma de abertura aprovado pelo Senado.

### Destques:

- Lançamento do Movimento pela Liberdade do Consumidor (evento realizado na Câmara – Salão Nobre);
- Estudos elaborados internamente: Sobrecontratação involuntária (2003 a 2022); 2026 a 2035;  
Benefícios do Mercado Livre: investimentos, inflação e emprego;  
Expansão da Geração: participação do ACL;  
Custos com a postergação do cronograma.
- Realização de reuniões com 14 parlamentares;
- **136** matérias publicadas na mídia;

Destaque: Estadão, Folha de S. Paulo, TV Gazeta, UOL, Terra e Poder360.

Reuniões com Valor Econômico, Reuters e EPBR.

- Apresentação dos estudos para MME, CCEE, Aneel.



# Plano de metas

## **BANDEIRA 2: SEGURANÇA DE MERCADO**

### Avaliação da Diretoria:

Tema avançou na Aneel impulsionado pelo próprio avanço do 414.

Temas centrais: monitoramento da alavancagem e garantias financeiras entraram em CP com compromisso do relator de não aprovar nada sem diálogo com o mercado e de forma açodada.

### Destaques:

- Aberturas das CPs 10 e 11/2022 sobre monitoramentos e garantias;
- Reunião com Efrain Cruz e Rose Santos: CP será para elaboração da minuta de resolução, que será objeto de nova CP. Diretores e CCEE sinalizaram importância do monitoramento antes das implementação das garantias;
- Deliberação do resultado de critérios de autorização (será no dia da reunião do Conselho);
- Reunião com relator Sandoval Feitosa e SRM centrada na separação tipo 1 e tipo 2 dos comercializadores;
- Garantias do MVE também está na pauta da próxima reunião (pendente da deliberação);
- PL 414: retirada da obrigação da liquidação semanal e inserção da previsão legal de responsabilização civil de profissionais da CCEE e do mercado para aprimorar a segurança. A Abraceel trabalha para que a chamada de margem diária e garantias ex-ante sejam condicionadas a estudos.

# Plano de metas

## **BANDEIRA 3: FORMAÇÃO DE PREÇO**

### Avaliação da Diretoria:

Discussão ficou centrada em torno da decisão da CPAMP, que levou em consideração as contribuições do mercado e, além de aprovar o PAR(p) - A, flexibilizou os parâmetros do CVaR propostos na abertura da consulta pública.

### Destaques:

- Decisão da CPAMP: PAR 25/35, intermediário entre a proposta original e a proposta Abraceel.
- Nova resolução da CPAMP: agenda de propostas metodológicas vai ser discutida com os agentes, previamente à divulgação do cronograma de atividades. Abraceel continuará atuando para a melhoria da governança das informações;
- PL 414: não obrigatoriedade da adoção do preço por oferta, que passa a depender dos estudos; diretriz para preço por modelo buscar acoplamento entre preço e operação; e licitação para modelos de formação de preço por custo.

# Atualização PL 414/2021

# Atualização PL 414/21

## Desde a última reunião do Conselho:

### - Abraceel lançou Movimento pela Liberdade do Consumidor de Energia, no salão Nobre da Câmara dos Deputados, no dia 22.03. Destaques:

- Homenagem ao Deputado Fernando Coelho Filho, relator do PL 414/2021;
- Presença dos Conselheiros David Barmak e Reginaldo Medeiros;
- Fala de parlamentares e secretários pela aprovação do PL 414/2021;
- Lançamento de estudos Abraceel sobre os benefícios da abertura do mercado e sobrecontratação.



## Agenda política movimentada:

- Janela partidária, preços dos combustíveis, guerra Ucrânia x Rússia, crise da sucessão da Petrobras e sabinas dos diretores das agências reguladoras foram temas que ocuparam a agenda do Legislativo. Isso atrapalha a celeridade na deliberação da matéria;
- Abraceel distribuiu folder sobre o PL 414 para todos os gabinetes dos deputados;
- Os projetos da portabilidade (PL 414 e PL 1917) entraram na pauta prioritária da indústria (Agenda CNI);
- Abraceel cumpriu agenda no Congresso para fortalecer a pauta, com destaque para dois encontros com o relator;
- Jabuti no PL 414: tema arrefeceu nos corredores do Congresso, mas pode surgir como condição para votação;
- O ponto central é a necessidade de maior apoio por parte do Governo para que a pauta avance na Câmara;
- Importante o contínuo apoio dos associados.





## Abraceel na mídia:

- Artigo do presidente Rodrigo Ferreira no Correio Braziliense;
- Artigo também no Estado de S. Paulo;
- Matérias com foco na opinião da Abraceel.

## Q CORREIO BRAZILIENSE Opinião

SETOR ELÉTRICO

# Análise: Um choque na economia

**Rodrigo Ferreira - Presidente-executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel)**

A sociedade está relativamente alheia a uma das mais importantes reformas da nossa economia, a do setor elétrico. Prestes a ser aprovada no Congresso Nacional, ela apresenta perspectiva de impactar significativamente a vida e o bolso dos brasileiros, com potencial para causar transformação similar à ocorrida a partir da privatização das telecomunicações e da ascensão dos bancos digitais. Já aprovado no Senado Federal, o PL 414/2021 determina que, em até 42 meses, todos os consumidores tenham o direito de escolher o próprio fornecedor de energia elétrica e exercer a portabilidade da conta de luz.

B2 ECONOMIA & NEGÓCIOS

QUARTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2022  
O ESTADO DE S. PAULO

## Me dê motivo... para ser cativo

ARTIGO

**Rodrigo Ferreira**  
Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel)

Nunca esteve tão presente no cenário político o tema da abertura do mercado de energia para todos os consumidores do Brasil. O fato é que, atualmente, apenas 0,29% dos 87 milhões de consumidores é livre no Brasil. Os demais são consumidores obrigados a comprar energia por 35% do consumo de eletricidade e, como mercado está acessível a apenas grandes empresas.

O presidente Jair Bolsonaro, durante a sessão solene de abertura do Congresso Nacional, elencou o Projeto de Lei (PL) 414/2021, já aprovado no Senado, chamado de portabilidade da conta de luz, como um dos três temas de maior interesse para o governo federal e para o Brasil em 2022. O setor espera que o projeto seja votado na Câmara nos próximos 15 dias.

Apesar de um pouco distante da sociedade, essa é, sem dúvida, uma das três reformas mais relevantes da pauta econômica nacional e todos precisam conhecê-la. O principal a saber é que, em

**Apesar de distante da sociedade, a reforma do setor elétrico é uma das mais relevantes da pauta econômica**

um mercado livre, o consumidor continua a receber energia transportada pela distribuidora, que exerce em uma determinada região um monopólio natural, já que não

há viabilidade física ou econômica de haver dezenas de postes e cabos diferentes distribuindo energia pelas mesmas ruas. Por esse serviço, a distribuidora é remunerada da mesma forma como já é hoje, por meio de uma fatia da conta de luz chamada "distribuição". Já a fatia da conta referente à geração de energia, chamada "energia", o consumidor passa a ter o direito de escolher de quem comprar. Inicia-se assim um processo revolucionário em qualquer mercado, que é eficiência e redução de custos pela concorrência.

Veremos anúncios na televisão de grandes comercializadores varejistas transformando energia em produto, como no mercado de telefo-

nia. Por exemplo, energia renovável com reajuste anual indexado à inflação – e não os 21% de aumento em 2021 que tivemos nós, os consumidores cativos.

Para ser consumidor livre, poderia elencar muitos bons motivos, os mesmos considerados em toda a Europa, Austrália, Califórnia, Nova York, Japão e recentemente China, que já anunciou a abertura do mercado. Apesar da evidente vantagem do mercado livre de energia, sempre há a turma do contra, sobretudo aqueles que têm vantagem econômica com a falta de concorrência. Mas seria interessante inverter a lógica e, como o clássico do Tim Maia, pedir: me dê motivo... para ser cativo. ●

Energia '15% a menos no valor'

## Em defesa do mercado livre, Abraceel vê conta mais barata

MARLLA SABINO  
BRASÍLIA

A possibilidade de os consumidores escolherem o próprio fornecedor de energia elétrica, discutida no Congresso, pode gerar redução de 15%, em média, na conta de luz. Essa é a previsão da Associação Brasileira dos Comercializadores

de Energia (Abraceel).

Hoje, apenas os grandes consumidores de eletricidade, como as indústrias, podem comprar energia no chamado mercado livre, onde é possível negociar preços, quantidade e até fonte de energia com as geradoras ou comercializadoras. Já os consumidores residenciais recebem energia por meio de uma distribuidora,

que tem tarifas reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

De acordo com a Abraceel, a negociação no ambiente livre levaria a uma redução média de 27% na fatia da conta referente ao custo da energia elétrica. Como sobre as faturas ainda incidem impostos, encargos e taxas pelo uso do serviço de distribuição, a redução to-

tal é estimada em 15%.

O presidente executivo da associação, Rodrigo Ferreira, diz que a economia acontece devido à concorrência. "É a diferença entre a tarifa de energia das distribuidoras, regulada pela Aneel e que reflete basicamente os custos dos leilões, e o preço da energia no mercado livre. A competição e a maior eficiência na contratação e na gestão da energia tornam o preço mais baixo no mercado livre."

**TRAMITAÇÃO.** A mudança nas regras está prevista em dois projetos de lei na Câmara: o projeto 1917/2015, aprovado em comissão especial no ano

passado, e o projeto 414/2021, que, após um ano, voltou com a circulação da primeira versão do relatório, elaborado pelo ex-ministro de Minas e Energia e deputado Fernando Coelho Filho (União-PE). O parecer prevê a abertura total do mercado em até três anos e meio. A previsão, segundo o relator, é de que o texto seja analisado até o início de abril na Câmara.

A Abraceel defende que a abertura seja feita de forma gradual e que todos os clientes conectados à rede de alta tensão possam negociar livremente a partir de 2024. Para os demais, incluindo residenciais, a entidade defende a liberação a partir de janeiro de 2026. ●

# Ação judicial Eletrobras



# Ação judicial Eletrobras

- Na última reunião do Conselho, ficou definido procurar outro escritório de advocacia, já que o Dr. Serrão ainda não havia dado seguimento ao tema;
- Logo em seguida, o advogado encaminhou a minuta de petição e, após avaliação das associações participantes, a tese teria chance de maior êxito em relação à outra proposta em análise;
- Abraceel, Abrace e Anace definiram por continuar com o Dr. André Serrão;
- A Abraceel fez uma última chamada com as associadas para ingresso na ação judicial;
- Status atual: **15 empresas participantes** (2W Energia, ATMO, BC Energia, Capitale, Comerc, Delta, Ecom, Esfera, IBS Energy, Matrix, Prime, Raízen, SOLEnergias, Tempo e Votorantim);
- O custo atual por empresa está em **R\$ 48.445,00**, que seriam distribuídos ao longo do tempo: **R\$ 4.000,00** imediatos de honorários iniciais, **R\$ 11.112,00,00** em caso de sucesso da antecipação de tutela e **R\$ 33.334,00** no trânsito em julgado, etapa que deve prolongar-se por anos.

# Portaria SEFAZ – ICMS

# Atualização sobre ICMS-SP

18

- 12/03** Publicada Portaria SRE 14/2022 que disciplina as obrigações acessórias da nova forma de tributação de ICMS em SP
- 21/03** 1ª reunião do Grupo Técnico - associados pontuaram preocupações
- 28/03** 2ª reunião do Grupo Técnico com participação do advogado Urias Martiniano
- 31/03** Envio de carta à Sefaz solicitando orientação clara para o recolhimento do imposto e pedido de reunião. Apoio do dep. Arnaldo Jardim no tema.

Fatos geradores a partir de 01 de abril, sendo que a emissão das notas fiscais deve acontecer até o último dia do mês subsequente: **31 de maio**





# Atualização sobre ICMS-SP

## Questionamentos

- Possível inviabilização de cessão de energia: não define qual procedimento a ser adotado quando consumo é menor que o contratado: 2 notas fiscais ou 1 segregada?
- Relatório CCEE não informa para o comercializador o consumo, risco de depender da declaração do consumidor. Além disso, não há critério para alocar a energia consumida nos diversos contratos de um mesmo cliente.
- Cálculo relativo ao preço unitário não condiz com o negócio firmado entre as partes e pode ser juridicamente questionado.



# Assuntos Gerais

# Assuntos Gerais



**Postergação da reunião de revisão do P.E.  
prevista para 28.04**

Motivação: tramitação do PL 414



**Próximas reuniões do Conselho:  
presenciais ou online?**

12.05; 14.06; 14.07; 18.08; 15.09; 20.10 e 08.12

# Obrigado!

Fale conosco em:

[www.abraceel.com.br](http://www.abraceel.com.br)

[abraceel@abraceel.com.br](mailto:abraceel@abraceel.com.br)

